

Editorial: Queremos direitos, não queremos flores!

Editorial da revista Anticapitalista #15.

Chegamos a março, mês da Greve Feminista. Há um ano que estamos envolvidas na construção desta Greve. Integramos a Rede 8 de Março, a plataforma nacional que reúne coletivos, associações, organizações políticas... e pessoas a título individual mobilizadas na construção da Greve Feminista Internacional. Aprendemos, estudámos, soubemos fazer juntas. Somos muitas, somos diversas, somamos razões. E nós, as ativistas feministas do Bloco de Esquerda, estivemos onde tínhamos de estar: na construção coletiva da Greve Feminista.

O âmbito internacional desta Greve tem que ver com o carácter estrutural dos problemas que enfrentamos, as manifestações de opressão derivadas do capitalismo e a sua vinculação com o patriarcado, tendo sempre em conta as particularidades de como este se manifesta em cada contexto social, cultural e político. Pretende reafirmar o 8 de Março como uma jornada de luta, e não como um dia de discursos ensaiados com validade de 24 horas. Além da sua matriz internacional, há outro aspeto muito importante a salientar: a Greve Feminista é uma greve social, na medida em que põe no centro a realidade das mulheres, para perceber o significado do conceito “trabalho” (que é diferente de emprego) na vida concreta. Sendo também uma greve laboral, uma greve ao trabalho remunerado, é uma greve que transcende o sentido tradicional, porque se estende ao âmbito da reprodução social, aos trabalhos invisibilizados dos cuidados e doméstico que as mulheres desempenham. Pretende ir ainda mais longe e estabelecer pontes com o movimento estudantil.

Não se dispensa ainda de construir força conjunta, principalmente quando sentimos na pele a injustiça do sistema opressor. Mais do que números, as vítimas de violência retomam a emergência do grito das mulheres argentinas, voz motriz desta construção grevista: “ni una menos, vivas nos queremos!”. Mas este não é nem pode ser um grito solitário. Assistimos hoje, em Portugal e no mundo, a alarmantes efeitos de um racismo estrutural, que temos denunciado e combatido.

A repressão policial no Jamaica e o debate público que gerou não são fenômenos isolados, mas retratos de um cenário social e político propício à instalação dos populismos e da reorganização da extrema-direita. Este e outros casos realçam a violência repressiva sobre comunidades racializadas, sublinham a criminalização da pobreza e a deterioração dos direitos de setores invisibilizados da sociedade. Acusam também uma democracia desigual, vulnerável ao consumo e ao mercado, mas também ao menosprezo das periferias e da integridade das vozes descontentes. Temos assistido às ameaças e discursos de ódio para com ativismos e ativistas que, com força e coragem, vêm enfrentando diariamente e há muitos anos injustiças tão quotidianas quanto enraizadas nas várias instituições.

A agressão sistêmica não surge só do cassetete. Na verdade, como diz a velha canção, “vem com botas cardadas ou com pezinhos de lã”; e vem com flores, quando o que se quer são direitos. O mês de março chega com ação feminista, na busca de uma força conjunta de transformação que garanta direitos reais, para todos e todas, todos os meses e todos os dias.